

Um levante por meio da escrita: a carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes para Rui Barbosa

An Uprising in Writing: the letter from Paty do Alferes's Liberation Commission to Rui Barbosa

Un ascenseur par l'écriture: la lettre de la Commission de libération de Paty do Alferes à Rui Barbosa

Alexandre Ribeiro Neto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

aleribeironeto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5133-6610>

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras no período compreendido entre 1871-1910. Utilizamos, como fio condutor, a Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes para Rui Barbosa. Na diáspora, os povos africanos trouxeram valores educacionais. Esses chamaram menos a atenção dos pesquisadores, sobretudo dos historiadores, que até bem pouco tempo, não tomavam a Educação como objeto de pesquisa relegando-a ao porão. Se os processos educacionais dos povos ditos civilizados despertavam pouca atenção, quicá dos escravizados. O levante analisado ocorreu por meio da escrita, o que deixou a História da Educação surpresa, pois anos a fio repetiu a velha canção, de que a leitura e escrita eram coisas de gente civilizada. Usamos as lentes teórico-metodológicas de Elias e Scotson (2000). Como resultado, sinalizamos que os velhos africanos realizaram um levante dos *Outsiders*, reivindicando escolas para as crianças, filhas de mães escravizadas.

Palavras-chave: Crianças negras. Processo de escolarização. Vassouras.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the schooling process of black children in Vassouras, 1871-1910. We will use as a guide the letter from Paty do Alferes' Liberation Commission to Rui Barbosa. In the diaspora, the African people brought educational values. They drew less attention from researchers, especially from historians, who until recently had not taken Education as their research object and relegated it to the basement. If the educational processes of the so-called civilized peoples aroused little attention, perhaps of the enslaved. The upheaval we intend to analyze occurred through writing. Which surprised the History of Education, for years and again repeated the old song, that reading and writing were things of civilized people. We will use the methodological theoretical lens of Elias and Scotson (2000). As a result we signal that the old Africans carried out an uprising of the Outsiders, claiming schools for the children, daughters of enslaved mothers.

Keywords: Black children. Schooling process. Vassouras.

RÉSUMÉ

Cet article vise à analyser le processus de scolarisation des enfants noirs à Vassouras, 1871-1910. Nous utiliserons comme guide la lettre de la Commission de libération de Paty do Alferes à Rui Barbosa. Dans la diaspora, le peuple africain a apporté l'éducation. Ils ont moins attiré l'attention des chercheurs, en particulier des historiens, qui jusqu'à récemment n'avaient pas pris l'éducation comme objet de recherche et l'ont reléguée au sous-sol. Si les processus éducatifs des soi-disant peuples civilisés suscitaient peu d'attention, peut-être des esclaves. Le bouleversement que nous entendons analyser s'est produit par l'écriture. Ce qui a surpris l'histoire de l'éducation, pendant des années et a répété la vieille chanson, que la lecture et l'écriture étaient des choses civilisées. Nous utiliserons la lentille théorique méthodologique d'Elias et Scotson (2000). En conséquence, nous signalons que les vieux Africains ont mené un soulèvement des étrangers, réclamant des écoles pour les enfants, filles de mères asservies.

Mots-clé: *Enfants noirs. Processus scolaire. Vassouras.*

Introdução

*My chains are gone, I've been set free
My God, My Savior, has ransomed me
And like of flood, His mercy rains
Unending love
Amazing Grace¹*

(John Newton, 1779)

O Banzo era a primeira forma de levante contra a escravidão desenvolvida ainda nos porões dos navios negreiros. Normalmente, pensamos que a tristeza profunda atinge somente aos fracos; ao contrário, a tristeza profunda é comum ao gênero humano. Defendemos aqui a ideia que homens e mulheres, extremante fortes e corajosos, desenvolviam um sentimento de profundo pesar ao se afastarem dos seus e da sua terra. Não sabemos quem é o autor da letra da música, sabemos que ela foi registrada em 1779 por um traficante de escravos chamado John Newton, que ouviu os sussurros das “peças” que estavam no porão; não era a primeira viagem dele, tampouco a primeira vez que ouvia as vozes do porão. Algo especial chamou a atenção do marinheiro: as “peças” cantarolavam

¹ “Minhas correntes sumiram, eu fui liberto/Meu Deus, meu Salvador, me resgatou/E como uma inundação, Sua graça é como a chuva e me inunda/Com seu amor sem fim/Sua Graça é Maravilhosa.” Tradução livre de música de autor desconhecido registrada por John Newton em 1779 como o título *Amazing Grace*. Disponível em: <<https://library.timelesstruths.org>>. Acesso em: 08 mar 2019.

uma canção que expressava fé, amor, esperança e dor. Falava do Banzo. Experiências de desterritorialização forçada e um processo de territorialização nas Américas.

Havia senhores e também escravos. Homens e mulheres, adultos e jovens. Será que entre eles havia crianças? A canção acima representa momentos de tristeza, mas também de liberdade, pois as correntes sumiram e eles foram libertos. Um navio, um traficante, e a humanidade empilhada no porão. Todos esperavam um vento. Alguns esperavam o Levante.

A historiografia leu mal o Banzo, porque leu mal os escravizados e todo o seu repertório cultural. A educação figurava entre os valores, que os africanos trouxeram na diáspora, ela existia na África antes da chegada dos europeus, estes precisavam esvaziar os africanos, para escravizá-los, porém, isso não foi possível, as raízes eram muito profundas, remetem a tempos imemoriais.

Na diáspora, os povos africanos trouxeram valores religiosos, políticos, econômicos e também educacionais. Estes últimos chamaram menos a atenção dos pesquisadores, sobretudo dos historiadores, que até bem pouco tempo, não tomavam a Educação como objeto de pesquisa relegando-a ao porão. Se os processos educacionais dos povos, ditos civilizados despertavam pouca atenção, quiçá dos escravizados.

Levantar-se contra a escravidão, ainda que custasse a vida o bem mais precioso, representava também defender o sonho e a perspectiva. Escolher caminhar para a ancestralidade e não para as terras do Novo Mundo, como queriam os traficantes de escravos, era um sinal de força, coragem e não de fraqueza. Recorremos ao dicionário para nos auxiliar na definição de levante:

Indisciplina, desmando, desobediência, desordem, indocilidade, ínsua, insubordinação, levante, rebelião, motim, algazarra, alteração, arruaça, assuada, barafunda, bernarda, bulha, bulício, comoção, conturbação, distúrbio, emoção, estalada, estropício, fuzuê, insurreição, intentona, levantamento, mazorca, rebordosa, rebuliço, revolta, salseiro, sedição, sublevação, sururu, turbulência; nascente, este, fonte, leste, manadeiro, manancial, oriente, surgente, veio, agitação, confusão, revolução, subversão, tumulto, golpe, amotinação, (CASCUDO, 1969, p. 10).

A definição acima nos remete ao ato de se opor, de colocar-se contra uma autoridade constituída. Alguns termos têm origem em diferentes línguas, como Sururu de origem Tupi. A palavra que nos leva de volta ao continente africano é a que contem aspectos geográficos: “Levante é o nome de um vento que sopra de direção leste, próprio das ilhas Baleares e do Sudeste da Península Ibérica. Caracteriza-se por ser úmido e suave

e pode provocar chuvas” (CASCUDO, 1969, p. 11). Esses ventos vinham do continente africano em direção ao continente europeu, os navegadores esperavam-no para levantar as velas e voltar para Europa. Outra possibilidade apresentada na definição, que reforça a nossa hipótese, é a menção da localização geográfica de Portugal; traçando os pontos cardeais e colaterais, vamos encontrar parte do continente africano localizado a Sudeste de Portugal. Isso nos permite pensar que esse vento também auxiliava na navegação, impulsionando os navios da África pelo mar Mediterrâneo à terra de Camões.

Fernando Pessoa, autor do famoso poema *O Mar Português* -, de forma indireta, ressaltou a necessidade de controlar o vento Levante, que é um vento de superfície responsável por ajudar ou dificultar o contorno do cabo Bojador, que, devido aos acidentes ocorridos na região, foi renomeado pelo rei de Portugal como Cabo da Boa Esperança. Recorremos a Francisco Miguel Gaspar de Chaves, que, voltando seus olhos para o mesmo fenômeno, ajuda-nos a compreender a circulação dos ventos.

O aproveitamento do vento como meio propulsor foi preponderante na Europa nos séculos XV e XVI, e principalmente para os navegadores portugueses, pois foi nessa época que se atingiu o auge da era dos descobrimentos. Os navios portugueses faziam uso dos ventos alíseos para navegarem para sul ao longo da Costa Africana. Desse modo aproveitavam a Corrente das Canárias (CC) e os ventos provenientes de Nordeste. Na altura considerava-se mais fácil partir do que voltar a Portugal. Mas, depois da passagem do Cabo Bojador em 1434 por Gil Eanes, houve uma melhor percepção por parte dos pilotos em relação ao comportamento do vento e das correntes na região da costa da Península Ibérica e da costa Noroeste do continente africano (CHAVES, 2015, p. 5).

Podemos somar a citação feita anteriormente ao livro *Introdução a Climatologia*, escrito por J. O. Ayoade. Nele, o autor nos apresenta a importância do conhecimento dos ventos. Da publicação em tela, destacamos o capítulo 5 – *A circulação atmosférica*, no qual o autor tece reflexões que apontam na mesma direção que Chaves (2015). Passamos pela geografia para mergulhar na História.

Silva (2008) tece considerações sobre as relações comerciais estabelecidas entre a África, a Europa e a Ásia. Um dos elementos importantes no transporte de mercadorias, tanto pelo oceano Índico como pelo Atlântico, era o conhecimento do regime dos ventos para as caravanas cruzarem os oceanos com mercadorias.

A navegação do oceano Índico era regulada pelo fenômeno das monções. De novembro a março, os ventos sopram de nordeste pra sudeste, de maio a setembro no sentido inverso. E nos meses de abril a outubro? São meses de transição. Em abril, pode continuar a soprar o vento nordeste para sudeste ou já começar o vento contrário. Em

outubro, ou continua a soprar o vento sudeste ou já principia o de nordeste. O importante é que os barcos a vela tinham de acompanhar a direção dos ventos [...]. Quando o barco completava a carga, já era, por exemplo, fim de julho e seria temerário empreender a viagem de volta. Mercadores e marinheiros viam-se obrigados, então, a permanecer em Quiloa até maio do ano seguinte, à espera da monção de sudoeste. Compravam, alugavam ou construía casas, uniam-se a mulheres da terra e ampliavam suas ligações comerciais. [...] Não só comerciantes se instalavam nessas ilhas. Elas serviram também de refúgio para perseguidos religiosos e políticos. As crônicas e as tradições locais referem-se a príncipes e hereges árabes e persas foragidos de suas terras que foram criar cidades-Estado em diferentes pontos da costa índica da África. Quando os portugueses lá chegaram, no fim do século XV, encontraram em Sofala, Quelimane, Angoche, Moçambique, Quiloa, Mafia, Zanzibar, Pemba, Mombaça, Gedi, Melinde, Lamu, Manda, Pate, Brava, Merca e Mogadixo pequenos reinos chefiados por emires e xeques mulatos ou negros, com populações que rezavam na direção de Meca e seguiam os preceitos do islamismo (SILVA, 2008, p. 37-39).

Indivíduos desterritorializados que trouxeram o vento dentro de si, dando força para lutar contra a opressão e criar um novo mundo. Atribuindo a eles novos sentidos, a partir da herança ancestral territorializando-a nas Américas. O vento impulsiona as navegações, mas também traz chuva, que produz vida quando toca a terra, a terra floresce e alimenta, esse processo iniciado com o vento Levante se dobra e se desdobra e produz história. Narrativas e registros nas dobras, alguns pequenos e outros grandes, tingidos de tantas cores, inclusive de sangue. Não podemos esquecer a violência física e simbólica, elementos estruturantes do regime escravista. Em nosso trabalho, impulsionados pelo vento, navegamos em outra direção.

Queremos pensar em outro levante, também movido pelos ventos de esperança que sopravam no Rio de Janeiro, mais especificamente em Vassouras, na freguesia de Paty do Alferes. Área responsável por grande parte da produção do café, principal produto da pauta brasileira de exportação. Foi nessas terras, com os montes em formato de meia laranja, que velhos africanos vão manejar as mesmas armas que os políticos e os senhores de escravos usavam para os ludibriar: as palavras.

O levante que intencionamos analisar ocorreu por meio da escrita. O que deixou a História da Educação surpresa, pois anos a fio repetiu a velha canção de que a leitura e escrita eram coisas de gente civilizada, dos que almejavam os cargos burocráticos na máquina pública. Aos demais, para obedecer era necessário ter apenas rudimentos de saberes. A historiografia da Educação não conseguiu ver nas fontes de pesquisa que os

negros sabiam ler, escrever e contar, que também frequentaram escolas e as desejavam para a sua prole.

Nosso texto tem como objetivo central discutir a Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes enviada ao ilustre político Rui Barbosa. Além disso, outras discussões atravessam a nossa discussão, entre elas: o lugar da escola no meio rural, as questões legislativas sobre a educação dos ingênuos e a relação existente com o Fundo de Emancipação dos Escravos e, por fim, compreender os autores da carta como sujeitos históricos de seu tempo, que recentemente vêm à baila com as novas pesquisas realizadas no campo da História da Educação.

Intencionamos dialogar com os autores dentro do campo que discutem o mesmo tema, em diferentes regiões. Para isso, usaremos as lentes teórico-metodológicas de Elias e Scotson (2000). Levantamos como hipótese que os velhos africanos, ao formar uma comissão, por eles denominada “Comissão dos Libertos”, realizaram um levante dos *outsiders*; o que eles pediam era muito mais que pão ou mesmo bradar contra os castigos físicos. Ao manejar a escrita, um recurso atribuído aos brancos escolarizados, os negros que assinaram a carta reivindicavam escolas para as crianças filhas de mães escravizadas de Paty do Alferes e intencionavam uma mudança profunda na estrutura da sociedade.

Com a alfabetização das crianças, em um futuro próximo elas poderiam votar e assim participar da vida política, uma vez que o critério para participar do processo eleitoral era ser alfabetizado. Os negros não queriam apenas melhores empregos, cujo acesso se dava pelo domínio da leitura, da escrita e da realização de cálculos matemáticos. O levante escrito pelos velhos africanos membros da Comissão dos Libertos em Paty do Alferes apresentava uma dimensão que aterroriza a sociedade – a participação dos libertos na sociedade, na política do final do Império. Ela possuía desdobramentos, pois a escola também prepararia os alunos negros para o exercício da cidadania no pós-Abolição.

Embora a História tenha revelado a Revolta dos Malês², que ocorreu na Bahia em 1835, um dos elementos que mais impressionaram os historiadores foi a habilidade dos escravizados africanos de escrever e reconhecer os seus aliados e, assim, traçar um plano organizado, que foi descoberto pelas forças policiais. A História da Educação vem se debruçando sobre processos de escolarização dos negros. Dois compêndios são importantes para compreender o estado da arte da temática: os livros

² Ver REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista, organizado por Mac Cord, Moreira e Gomes (2017), e *História dos Negros no Brasil*, organizado por Fonseca e Barros (2016). Mesmo com o lançamento dessas duas publicações, ainda encontramos lacunas e percebemos, também, a necessidade de adensamento teórico das experiências educativas dos negros para melhor compreender seus projetos de vida para além do mundo do trabalho.

Uma brisa - balanço historiográfico sobre crianças filhas de mães escravizadas

Em 1929, o movimento dos *Annales* introduziu novos objetos e métodos na cena histórica, modificando o ofício do historiador. Não entraremos na polêmica se houve uma Escola dos Annales, como assinala Peter Burke³, contrapondo-se aos autores que defendem a ideia de movimento e não de escola. Tampouco vamos nos inserir da discussão da excessiva fragmentação de temas e abordagens metodológicas, que levou à “história das migalhas”, expressão usada por François Dosse (2003)⁴ ao criticar os desvios teóricos do movimento dos *Annales*, que abandonou as preocupações iniciais de Lucien Febvre e March Bloch – historiadores que iniciaram o movimento em 1929. A nós interessa dizer que um dos historiadores que fizeram parte do movimento dos *Annales* foi responsável por um livro que influenciou a escrita de outros autores que, no campo da História da Educação, adotaram a infância como objeto de pesquisa.

Com *História Social da Criança e da família*, Philippe Ariès foi um dos primeiros a problematizar a infância, transformando de mera fase da vida a objeto de pesquisa dos historiadores. Essa virada historiográfica reverberou em outros lugares. No Brasil, a primeira edição é de 1978; estamos trabalhando com a segunda edição, de 1981.

A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil, organizado por Rizzini e Pilotti (1995), teve duas edições, em 2009 e em 2011. Voltando os olhos para o Brasil e mergulhando em fontes desde o período colonial à Era Vargas, os autores buscaram conhecer as diferentes infâncias:

³ Ver BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

⁴ Ver DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: Edusc, 2003.

indígenas, negras e desvalidas. Em 1997, Rizzini publicou sua tese de doutorado, defendida no IUPERJ: *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Em 2004, a autora, em conjunto com Irma Rizzini, voltou ao tema, com a organização da publicação *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*⁵.

Na obra de Fraga Filho (1996), podemos recolher rastros preciosos sobre o processo educacional de crianças pobres na Bahia e a entrada delas em instituições militares, entre elas a Marinha do Brasil, por meio dos Aprendizes de Marinheiros. Essa experiência educacional pode ser acompanhada seguindo as linhas escritas por Prates (2015)⁶.

Freitas (2006) organizou *História Social da Infância no Brasil*, reunindo autores que apresentavam um diálogo entre a História e a História da Educação. Nesse compêndio, há um capítulo de Maria Luíza Marcilio sobre a história da criança abandonada; no ano seguinte, a autora publicou seu livro trazendo à baila a experiência do abandono e do amparo na Colônia, no Império e no início da República. A autora contribui com um importante estudo sobre a Roda dos Expostos, lançando luzes sobre a ação da Igreja e sua assistência à infância abandonada⁷.

Em 1997, Florentino e Góes lançaram *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro: 1790-1850*. A peça central é um processo-crime no qual o réu foi acusado de matar os próprios filhos para não vê-los escravos; nesse livro a criança escrava sai do segundo plano e eleva-se ao primeiro plano na cena histórica. Os mesmos autores voltam a tangenciar o campo da educação em 2017, com a publicação do artigo sobre o processo de aprendizagem de Israel Antônio Soares, negro da etnia da Mina, que aprendeu a ler em jornais velhos; eles ressaltam que a habilidade de ler e escrever entre os escravizados, em alguns momentos, passa pela pesquisa de biografias nas quais o sujeito é analisado em diferentes perspectivas.

Grande parte dos historiadores que se dedicaram ao estudo da escravidão voltou os seus olhos para o mundo do trabalho, formado pelos escravos em idade produtiva,

⁵ Ver RIZZINI, Irene; Rizzini Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004. Disponível em: <<http://www.editora.vrc.puc-rio.br>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

⁶ Ver PRATES, Regis Fernando Ferreira. **Escola de Aprendizes Marinheiros: uma educação para as camadas populares na Marinha do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/DissertaoPPGEdu>>. Acesso em: 26 jan 2018.

⁷ Ver MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2016.

dedicando, ora aqui, ora ali, alguns trechos à infância escrava. Alguns nos acusarão de imprecisão ao deixar de fora *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e outros livros produzidos por ele. Contudo, sobre eles nos deteremos mais adiante.

Venâncio (1999) dedicava-se às duas grandes metrópoles coloniais, Rio de Janeiro e Salvador; apoiado em dados demográficos, o autor lança luzes sobre as relações familiares e as instituições religiosas que tinham objetivo assistencial nas duas cidades, comparando-as com os modelos europeus. Embora o livro apresente o recolhimento de crianças à Roda dos Expostos, ele orienta que elas não eram exclusivamente filhas de mães escravas ou libertas.

Monarcha (2001) organizou um livro que reuniu pesquisadores do campo da História da Educação, intitulado *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Nessa publicação, os autores se debruçam sobre a infância com diferentes cortes regionais, cronológicos e teóricos. Dessa publicação, destacamos o artigo de Zeila Dermatini, que discute o processo de escolarização de crianças negras nas “frestas” do complexo sistema educacional.

Fonseca (2002) realizou um estudo voltado para a região de Minas Gerais, importante área escravista do século XIX, o que muito ajuda a compreender o processo de escolarização das crianças negras. Em 2009, o mesmo autor publicou *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*, aprofundando o estudo sobre a região e lançando novas análises sobre a escolarização das crianças negras.

Em 2005, voltando os olhos para São Paulo, Barros defende sua dissertação em Educação, *Negrinhos que por ai andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Em 2012, sobre a mesma região, Daniela Fagundes Portela⁸ abriu uma nova janela ao analisar as *Iniciativas ao atendimento de crianças negras em São Paulo (1871-1888)*. Com base em fontes cartoriais e outros documentos, a pesquisadora analisa o processo de escolarização da criança negra no período final do Império.

Em 2006, foi publicada a quinta edição da *História da criança no Brasil*, organizada por Priore. Não conseguimos localizar as edições anteriores, para acompanhar a adição ou supressão de textos; a obra reuniu textos que eram resultado de trabalhos que adotaram a criança como objeto de pesquisa no Brasil, abarcando diferentes períodos históricos e

⁸ Ver PORTELA, Daniela Fagundes. *Iniciativas ao atendimento de crianças negras em São Paulo (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da São Paulo: Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/disponiveis/48/>. Acesso em: 02 mar 2019.

regiões brasileiras. Nessa publicação há um texto dos professores José Roberto Góes e Manolo Florentino sobre crianças escravizadas.

Em 2010, Venâncio organizou a obra *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. Dessa obra gostaríamos de destacar o artigo escrito por Sheila de Castro Faria, intitulado “A propósito das origens dos enjeitados no período escravista”, em que a autora apresenta algumas ideias interessantes, entre elas a de que no meio rural uma prole numerosa representa a constituição de aliados na obtenção da subsistência da família. Sem perder o mote inicial do livro que pretende discutir o abandono, ela se volta para a ideia que a Igreja Católica possuía da criança como pecadora, e analisa as Rodas dos Expostos, extraindo daí um perfil de crianças abandonadas.

Calmaria – das crianças filhas de mães escravizadas

Após apresentarmos um balanço historiográfico sobre o tema das crianças escravizadas, selecionamos dois textos para dialogar sobre crianças filhas de mães escravizadas: *O Filho da Escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre)*, de Kátia de Queirós Matoso, e *O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888*, escrito por Maria Cristina Luz Pinheiro. Ao longo do caminho, enquanto estivermos analisando a temática, dialogaremos com outros autores também.

Matoso tornou-se mais conhecida por sua obra *Ser escravo no Brasil*⁹, publicada pela Editora Brasiliense na década de 1980; esse trabalho se transformou em referência para o estudo da escravidão brasileira. O artigo que analisaremos não faz parte do livro; foi publicado na *Revista Brasileira de História*, em São Paulo, na mesma década.

Analfabeto por vontade expressa da sociedade dominante, o escravo brasileiro é, para nós, testemunha silenciosa de seu tempo. São de fato as oportunidades que lhes permitem expressar-se por si próprio: quando escravo, ele fala pela rebelião, pela fuga, pelo suicídio e até mesmo pelo crime, falas que são gestos de protesto violentos, mas gestos corajosos, gestos de homens indomáveis e desesperados (QUEIRÓS, 1988, p. 1).

Logo no início, a autora chama nossa atenção para a importância da escrita e diz que, devido à ausência do seu domínio, nosso conhecimento do regime escravista torna-se mais difícil. A carta escrita pela Comissão de Libertos de Paty do Alferes ganha relevo, pois é um dos poucos documentos nos quais podemos ouvir a voz dos escravizados que

⁹ Para construir este artigo, usamos a obra publicada pela mesma editora no ano de 2003.

dominavam a leitura e a escrita. A abolição era recente. No ano de 1889, ou seja, quando no Vale do Paraíba ainda pairavam ventos escravistas, um grupo de homens resolve escrever uma carta para Rui Barbosa. São eles: Quintiliano Avellar (preto), Ambrósio Teixeira, João Gomes Batista, Francisco de Salles Avellar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino de Almeida, Sergio Barboza dos Santos. Esses senhores formaram a Comissão de Libertos de Paty do Alferes.

Ao grande cidadão Rui Barbosa.

Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas à estação do Paty, município de Vassouras, para obtermos do Governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia. (CARTA A RUI BARBOSA, 1889, p. 1).

Poucos são os pesquisadores que têm a oportunidade de, no decorrer da pesquisa, encontrar documentos que podem dimensionar novos estudos no campo. A Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes é um desses documentos. Com a citação feita, gostaríamos de realizar alguns destaques que estão implícitos no texto: após a saudação e o endereçamento da carta, eles dizem que são comissionados pelos companheiros; isso nos permite inferir que havia uma comunidade negra que se conhecia, se reunia e discutia os rumos da lida.

Soares (1998) chamou esses encontros afastados dos olhos senhoriais de *Zungú*, encontros em que cativos e libertos se agrupavam para comer, realizar cerimônias religiosas e acolher os que fugiam. Chalhoub (1990) também analisou o encontro de escravizados e libertos em ambientes urbanos; como resultado desses *meetings*, houve planos de fuga da Casa de Comissão do comerciante Veludo, que só não se completaram porque houve denuncia da trama. Decerto, não podemos esquecer o que Gomes (2006) diz, que essa área guardava um embrião de organização negra: o Quilombo de Manoel Congo. A habilidade de organizar reuniões contava com a solidariedade existente entre escravizados e libertos; como sinalizou Queirós no livro *Ser escravo no Brasil*, essa ação excedia as tarefas que conformavam o mundo do trabalho.

O periódico *O Vassourense* é outra fonte documental de pesquisa que não pode ser desprezada por nós. No ano de 1886, um ano depois de assinada a Lei dos Sexagenários, as páginas do jornal foram inundadas com escravos alforriados com mais de 60 anos; o volume foi tão grande que o redator resolveu organizar uma lista com os seguintes dados: número de ordem das relações, nome do ex-senhor, residência, número de ordem na

matrícula geral, número de ordem da relação, data da matrícula, nome do ex-escravo, cor, idade, profissão, estado civil e observações. No total foram alforriados 3.035 indivíduos, entre homens e mulheres.

Stein (1990), ao analisar a história de Vassouras, afirma que a estrutura da escravidão no município era composta por um número maior de homens do que de mulheres. Segundo o autor, essa característica se manteve ao longo do período de apogeu e queda do cultivo do café. Salles (2008), que também analisou a região, tomando o número de escravos como termômetro, dividiu os proprietários em categorias. São elas: microproprietários, pequenos, médios, grandes e megaproprietários.

Não podemos esquecer a Carta da Missão de Libertos, pois ela é o fio principal que tece nossa trama. Uma pergunta gira em torno do endereçamento da carta: por que escrever para Rui Barbosa?

A carta é um documento que não pode ser lido isoladamente; ela possui um contexto que só pode ser conhecido quando consultamos documentos, artigos e dissertações de outros pesquisadores. O primeiro a nos ajudar a responder essa questão é Dauwe (2004); logo a seguir, Assis (2013). Ambos voltam os seus olhos para o Fundo de Emancipação e a Junta classificadora de escravos. Esses mecanismos foram criados para promover a emancipação gradual da escravidão. A Lei do Ventre Livre de 1871 é o primeiro dispositivo legal desse processo, cujo fim seria a extinção total da escravidão em terras brasileiras.

Rui Barbosa foi um dos políticos que no final do Império ganhou a cena. Ele chefiou o Fundo de Emancipação e participou dos debates sobre a Lei do Ventre Livre. Provavelmente a Comissão endereçou a ele a missiva porque o identificou como uma liderança política e pela sua atuação na direção do Fundo de Emancipação.

Va. Excia., verdadeiro defensor do povo, que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos que vieram enulutar nossos corações de patriotas. A lei de 28 de setembro de 1.871 foi burlada e nunca posta em execução quanto à parte que tratava da educação dos ingênuos (CARTA A RUI BARBOSA, 1889, p. 1).

Dauwe (2004) faz coro com a Comissão de Libertos de Paty do Alferes ao indicar que o dispositivo legal fracassou. Assis (2013), ao analisar o Fundo de Emancipação, também afirma que o mecanismo permitiu aos senhores de escravos pouco produtivos livrarem-se deles e ainda auferir lucro. O que não aparece claramente no horizonte dos autores é o valor do trabalho realizado pelos ingênuos, ou seja, pelas crianças, filhas de

mães escravizadas. Para pensar o trabalho e o valor deles na sociedade do final do Império, dialogamos com Maria Cristina Luz Pinheiro, autora do artigo “O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888”.

Pinheiro (2005) analisa o mundo do trabalho na Bahia; esse mundo é composto por homens, mulheres, jovens e crianças. Baseada em anúncios em jornais da Bahia, ela encontrou a presença de crianças no mundo do trabalho, corroborando nossos argumentos sobre o trabalho de crianças tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. A autora também aponta na direção do nosso trabalho, ou seja, com os anseios do cumprimento da Lei do Ventre Livre.

O aluguel de escravos não se restringia ao cativo adulto ou apenas àqueles qualificados. A preocupação do senhor era não deixar que seus escravos se tornassem ociosos, e colocá-los para exercer diversas atividades era uma alternativa, sobretudo quando havia retração no mercado. Os anúncios de aluguel caracterizavam os escravos como “boa figura”, “carinhosa”, “com jeito para tratar crianças”, além de descrever suas qualidades profissionais. Em vários destes anúncios, é constante a presença de crianças e adolescentes. O *Jornal da Bahia* do dia 29 de maio de 1860 registrava: “Rua do Fogo, nº 40, 4º andar - aluga-se uma negrinha de 12 anos de idade, para carregar crianças e serviço ligeiro de casa da família”. O mesmo jornal, dez anos depois, anunciava: “Moleque para alugar - no Rosário de João Pereira, casa nº 69 há para alugar-se um bom moleque, muito serviçal, diligente, de 15 a 16 anos. [...] Ou então: “Na chácara do cônego Pereira, à estrada da Rua da Valla, precisa-se de alugar um menino bem procedido, de 10 a 12 anos, para serviço doméstico” (PINHEIRO, 2005, p. 164).

Com a citação, queremos destacar que a presença de crianças e jovens no mercado de trabalho não era algo incomum. Pelo contrário, eles frequentavam as páginas dos jornais como os demais, indicando suas características físicas, habilidades e o valor da mão de obra deles.

Na cidade de Vassouras não era diferente; encontramos no periódico *O Vassourense* anúncios de prestação de serviços de crianças e jovens. E encontramos nos documentos judiciais outras evidências que, somadas às encontradas no periódico, ajudam a compreender as dimensões da presença das crianças no mundo do trabalho.

Nos processos de tutela e soldada encontramos a contratação de serviços e o valor pago. Além disso, encontramos ainda a relação existente entre o mundo do trabalho e o mundo das letras, ou seja, a obrigatoriedade de educar as crianças e não somente usar a força de trabalho delas. Chamaremos à cena o juiz de órfãos da Comarca de Vassouras, Dr.

Damião Guimarães, o suplicante Fernando Teixeira Guimarães, o crioulo Manoel Francisco e sua filha Ana, de apenas nove anos de idade.

Diz Fernando Teixeira Guimarães, casado, residente em Belém 7 distrito desta Comarca, que tem em sua companhia a menor Ana, preta de nove anos incompletos, natural do Município de Pirahy, deste estado; filha do Criollo Manuel Francisco, que de sua livre vontade entregou essa menor a esposa do suplicante, que é a professora pública d'aquella localidade, avera quatro mezes. E como o suplicante e sua senhora se tenham cuidado da sorte dessa menor, que não tem mãe e o pai vive em constante estado de embriagues, sem meio algum para se manter e a sua filha, quer assignar termo de Tutela d'essa menor, obrigando-se a tratalla vesti-la e educalla segundo o seu sexo e idade e porição requer a Vossa Senhoria que, concordando o Doutor Curador, mande lavrar e registrar termo e expedir a competente posição sendo esta distribuída e autoada. Pede Deferimento E. G. Vassouras 25 de janeiro de 1898. Fernando Teixeira Guimarães (CDH - 102663863012, 1898, p. 2, frente e verso).

Fizemos a opção por manter a grafia do processo, da maneira como ela se encontra no documento. Estamos diante do início do processo de soldada e tutela; essa documentação possui importantes elementos para pensar o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras. Embora o suplicante Fernando Teixeira Guimarães tenha dado entrada no processo no dia 25 de janeiro de 1898, a menina já estava em sua posse há quatro meses, ou seja, desde setembro de 1897. O documento apresenta a menina pelo nome e faz referência à sua cor. Ana, de apenas oito anos de idade, era filha do crioulo Manoel Francisco, que a entregou na casa do suplicante porque não possuía meios de sustentar a si e à filha. Para tornar a sua situação ainda pior, consta no processo que ele vivia embriagado; dessa forma, não teria condições morais de educar a sua prole.

As mulheres são mencionadas no documento, porém os seus nomes não constam nos autos. Ana é a única do gênero feminino a ser identificada; ela vivia com o pai. Em outros processos de tutela e soldada, a família da criança é descrita de maneira incompleta, o que instaura uma situação de incapacidade de cuidar dos seus rebentos, ao contrário da família de Fernando Teixeira Guimarães, que apresenta residência fixa. Outro indício importante que chama a nossa atenção: ele era casado com a professora da escola do sétimo distrito de Vassouras.

Para descobrir o nome da esposa de Fernando Teixeira Guimarães, deveríamos cruzar esse processo de tutela e soldada com os mapas de frequência escolar. Eles possuem o nome do professor(a), dos alunos(as) e o nível de ensino em que se encontravam no momento do preenchimento do mapa. Seria formidável, pois não só encontraríamos o nome

da esposa como também conseguiríamos descobrir se Ana estava realmente matriculada na escola, como Francisco Teixeira Guimarães disse no documento citado.

Concordamos com Castilho (2014), que analisa com base em periódicos de Pernambuco os debates sobre a Lei do Ventre Livre. Segundo o autor, há informações citadas em um documento que não possuem outra fonte que possamos consultar para buscar mais dados e preencher lacunas. Alguns mapas de frequência das escolas de Vassouras resistiram ao tempo; outros não. Gostaríamos, entretanto, de caminhar em outra direção e dialogar com Castilho (2014) para lançar luzes sobre o processo de tutela e soldada e cruzar esse documento com a Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes.

Mesmo pensando que possuísse vantagens sobre a família do crioulo Manoel Francisco, pois a abolição já fora decretada em 1888, Francisco Teixeira Guimarães teve que comparecer diante do juiz de órfãos para regularizar a situação de Ana. Para compreender essa necessidade de regularização jurídica da posse de menores, recorremos a Castilho (2014) que cria a categoria de perda econômica, perda da autoridade e da masculinidade senhorial para expressar que, embora proprietário, Fernando do Teixeira Guimarães não possuía plenos poderes, como queriam os senhores de escravos na Colônia e no Império.

O simples início de um processo judicial de liberdade já significava perda econômica ao proprietário, visto que este perdia trabalhadores por meses. Esse proprietário, no entanto, se declarou disposto a “gastar dinheiro para dar publicidade a fatos dessa ordem”, pois estava determinado a registrar publicamente a infração de seus direitos de propriedade”. O fato de que um escravo ou um curador pudesse reelaborar as relações sociotrabalhistas por meio de um processo de liberdade claramente minava a autoridade – e a masculinidade – do senhor (CASTILHO, 2014, p. 30).

Temos clareza de que estamos no início da República, e o texto do autor possui um corte temporal anterior ao nosso. Contudo, não podemos pensar que a sociedade brasileira do início da Primeira República era completamente diferente da sociedade do final do Império; havia permanências, e entre elas destacamos como as crianças eram contratadas. O desenrolar do processo movido por Francisco Teixeira Guimarães deve ser lido nas entrelinhas. Se a menina estava matriculada na escola regida pela esposa do suplicante, o que teria motivado a abertura do processo? Parte da resposta a essa pergunta encontra-se no despacho do curador geral da Comarca de Vassouras.

Não tem lugar o que requer o suplicante, visto como sua informação verbal, trata-se de uma menor, filha legítima de Manoel Francisco, e

portanto, sujeito ao pátrio poder deste e ela não pode incidir em tutela, salvo destituído, aquele poder por meio de sentença especial e competente. Tal é meu parecer. Vassouras, 25 de janeiro de 1898. O curador geral - Antônio Jose Ferreira [sic] (CDH - 102663863012, 1898, p. 2, verso).

Francisco Teixeira Guimarães encontrou nos rigores da lei o primeiro entrave para obter êxito. Dessa forma, o pensamento de Castilho (2014), que nos diz que aos olhos dos escravizados havia cumplicidade entre os senhores e os legisladores, possui nuances que atribuem maior relevância aos argumentos dos senhores de escravos, ora encontra barreiras na própria legislação. O pronunciamento do curador geral contrário ao pedido de tutela, indicando que Manoel Francisco possuía pátrio poder sobre a menor, é expressão das minúcias jurídicas, que causavam entrave à pronta realização do pedido de Francisco Teixeira Guimarães.

As primeiras críticas da lei de 1871, como as publicadas no periódico *Republica Federativa*, revelaram a cumplicidade do Estado na formação do sistema escravista brasileiro – uma ênfase retórica que visava promover o republicanismo e a abolição. Em artigo de fevereiro de 1872, veiculou-se uma nota confusa a respeito da recepção calorosa conferida ao imperador do Brasil durante sua visita ao Collège de France. Lembrando seus leitores que o imperador D. Pedro II, na verdade, estivera no exterior enquanto a sociedade brasileira se debatia com essa legislação monumental (CASTILHO, 2014, p. 24).

O argumento de cumplicidade entre os senhores de escravo e a burocracia estatal não é de todo sem fundamento; ele possui nuances reveladas no processo de soldada e tutela movido por Francisco Teixeira Guimarães. Simultaneamente, os membros da Comissão dos Libertos de Paty do Alferes também se posicionavam da mesma maneira, pois escreveram para Rui Barbosa solicitando que ele lhes ajudasse a acionar a justiça e a apresentar o seu protesto contra o Estado, que na sua morosidade permitiu que a Lei do Ventre Livre de 1871 não fosse cumprida.

Os libertos do Paty do Alferes, por nós representados protestam contra o meio indecente de que o governo quer lançar mão e declaram aproveitando esta ocasião, que não aderem a semelhante conluio e que até agora sugado pelo governo do Império querem educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1871, lhes concedeu. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionais, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos (CARTA A RUI BARBOSA, 1889, p. 1).

A carta foi publicada em diferentes jornais. Nela, a Comissão abre fogo contra o governo, acusando-o de desonesto por cobrar impostos com o objetivo de educar os ingênuos, mas essas importâncias não foram revertidas para a finalidade. Alegam também a existência de um conluio que procura retardar o cumprimento da Lei do Ventre Livre na freguesia de Paty do Alferes, em Vassouras. A imprensa era uma arena na qual diferentes grupos, por meio dos periódicos, disputavam corações e mentes. Castilho (2014) avaliou o cenário no qual a efervescência dos jornais buscava, cada um a seu modo, analisar o impacto da Lei do Ventre Livre de 1871 na sociedade brasileira.

Portanto, as deliberações sobre a lei de 1871 ocorreram enquanto mais de um milhão de pessoas permaneciam escravizadas no âmbito nacional; em Pernambuco, mais de 100 pessoas continuavam no cativeiro (12% da população provincial), e, ainda assim, sua capacidade de agir de acordo com as mudanças legais, como já se evidenciou, tornou-se imediatamente uma característica reiterada das discussões públicas. A resposta da população cativa à lei de 1871 mudou o teor dos debates e, ao longo do tempo, acelerou os processos de polarização política (CASTILHO, 2014, p. 19).

Embora tenha sido escrita em 1889, a Carta da Comissão de Libertos de Paty do Alferes se debruçava sobre o passado recente. Ao olhar para trás, os velhos africanos ainda podiam ver a escravidão e seus efeitos sociais, econômicos e políticos. A abolição chegara em 1888. Contudo, ela não alterou a realidade de forma imediata; mesmo livres, a luta pela democratização da terra e do acesso à educação ainda conformava o horizonte dos negros no pós-abolição. O processo de abolição gradual da escravidão foi planejado pelos senhores de escravos, sobretudo os representantes dos cafeicultores do Rio de Janeiro e São Paulo, para que a economia não fosse afetada por mudanças que incidissem diretamente na mão de obra que abastecia as áreas mais ricas.

Esse conjunto de ideias possuía raízes no projeto de nação cujas bases foram acordadas pela elite imperial em 1831. Concordamos com Castilho (2014), que aponta a existência de nexos entre as leis de 1831, que tornavam livre todo africano que desembarcasse em terras brasileiras fruto do tráfico atlântico ilegal, e a Lei do Ventre Livre de 1871. Para o autor em tela, a Lei do Ventre Livre foi uma oportunidade para regularizar a matrícula de escravos obtidos de forma ilegal. Contudo, o Fundo de Emancipação tinha entre os seus dispositivos a matrícula de escravos para a posterior libertação.

Os jornais formavam um veículo importante de divulgação das falhas existentes na matrícula de escravos. Essas falhas foram compreendidas pelos escravizados, que

aproveitavam as brechas e levavam aos tribunais antigos senhores de escravos, movendo ações de liberdade. Grinberg (1994) ajuda-nos a compreender a arena jurídica na qual os escravizados aprenderam a se movimentar:

Ao receber o primeiro chamado de comparecimento à justiça, José Vieira não deu muita trela e nem se dignou a respondê-lo. Com a recorrência, porém, dos mandados, e ante a ameaça de ser levado ao Desterro, foi obrigado a tomar uma providência contra “aquela mulata que nem mais em casa vinha”. Se a ação fosse iniciada, não apenas só ele poderia perde-la, como talvez fosse denunciado pelos crimes que Liberata havia presenciado (GRINBERG, 1994, p. 18).

A legislação educacional também acompanhava as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira no final do Império. O Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879¹⁰, reformando o Ensino Primário e Secundário no município da Corte e o Superior em todo o Império, ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, que foi ministro dos Negócios do Império. Embora a questão central fosse a liberdade de ensino e o funcionamento das Escolas Normais, encontramos nessa legislação a base para a educação de ingênuos, ou seja, os filhos de mães escravizadas.

Saviani (2007) e Gondra e Schueler (2008) apontam na mesma direção. No Artigo 2º dessa reforma, encontramos a obrigatoriedade de matrícula para meninos e meninas de 7 a 14 anos de idade, incluindo o auxílio do governo para os meninos pobres. Essa legislação lança luzes sobre o processo movido por Francisco Teixeira Guimarães para ter a guarda de Ana, de oito anos de idade, filha do Crioulo Manoel Francisco. Havia pressão e debate em torno da questão servil e do mundo do trabalho. A legislação representa como os clamores sociais e o ponto de vista de diferentes grupos chegavam ao parlamento e se transformavam em dispositivos legais.

Os jornais apresentam também um caminho para acompanhar os debates sobre as questões relativas ao fim da escravidão. Nos jornais, gravitavam os advogados, funcionários públicos de diferentes órgãos e poetas, que usavam seus versos para defender a causa abolicionista. Castilho (2014) cita dois poemas: *O canto da escrava* e *Esmola*. Na mesma esteira, estabelecemos um diálogo entre ele e Bosi (1992), que buscou na obra de Castro Alves elementos para compreender o movimento abolicionista. Se *O navio negreiro* arrebatava os que ouviam o poeta declamar sua obra em comícios contra a

¹⁰Ver CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primário do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar à Corte entre 1827 a 1889. Francisco Beltrão: Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

escravidão, em *Vozes d'África* o autor busca nos fundamentos da fé cristã elementos para combater a escravidão africana.

Não é demais lembrar que esse período também foi marcado pela questão religiosa, envolvendo membros do clero ligados à maçonaria que deveriam ser excomungados. Ao seguir as orientações do Papa IX, a Igreja Católica no Brasil se colocava contra o imperador D. Pedro II. Bosi (1992) segue os passos de Castro Alves e Lima Barreto, buscando um diálogo entre a Literatura e a História para compreender o movimento abolicionista e a organização da sociedade após o 13 de maio de 1888. Ao olhar a sociedade brasileira pelas lentes de Lima Barreto, o autor denuncia que a Abolição havia trazido pouca mudança para os negros, tanto no meio urbano como no rural.

Dois autores podem ajudar a compreender a sociedade brasileira no momento em que a Carta da Comissão dos Libertos de Paty do Alferes veio à cena. São eles: Aluísio Azevedo, dele destacamos a obra *O Cortiço*, e Lima Barreto, de quem destacamos *Os Bruzundangas*. Aluísio Azevedo (2015) apresenta a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo o bairro de Botafogo, onde se localiza o cortiço no qual vivem imigrantes italianos, portugueses e negros; sem dúvida nossos olhos se voltam para os dois perfis de mulher negra traçados pelo autor. Se Bertoleza encarna o trabalho e devoção, Rita Baiana, o prazer e a alegria. Contudo, é sobre a primeira que pesa a herança da escravidão e a possibilidade de reescravização. Na obra, João Romão, que primeiro se aproxima dela após a morte do marido, ganhou a confiança e as poucas economias que ela juntou para a compra da alforria. Após a compra da “liberdade”, o enganador João Romão, para levar o seu plano a cabo, precisava dar fim àquela que um dia o ajudara a enriquecer e que agora se tornara um empecilho. João Romão criou uma trama em que a carta de alforria foi falsificada e Bertoleza poderia ser escravizada novamente. João Romão também informou por onde andava a Bertoleza para seus antigos senhores, que há muito não sabiam o seu paradeiro; eles trataram de fazer o resto: chamaram a polícia e foram recuperar a “peça”.

– Onde está ela?

– Deve estar lá dentro. Tenha a bondade de entrar...

O sujeito fez sinal aos dois urbanos, que o acompanharam logo, e encaminharam-se todos para o interior da casa. Botelho, à frente deles, ensinava-lhes o caminho. João Romão ia atrás, pálido, com as mãos cruzadas nas costas. Atravessaram o armazém, depois um pequeno corredor que dava para um pátio calçado, e chegaram finalmente à cozinha. Bertoleza, que havia já feito subir o jantar dos caixeiros, estava de cócoras no chão, escamando peixe, para a ceia do seu homem, quando viu parar defronte dela aquele grupo sinistro. Reconheceu

logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo, compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre; adivinhou tudo: que tinha sido enganada; que sua carta de alforria era uma mentira; e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituiu-a ao cativo (AZEVEDO, 2015, p. 265).

Ainda que essa citação seja fruto da criação literária, em alguns momentos a ficção toca a realidade e dela extrai a matéria para dialogar com a sociedade. O autor escolheu uma personagem feminina para ser enganada pela astúcia de um comerciante e escolheu também uma personagem feminina, Rita Baiana, para seduzir com seus encantos o português, que acabou por largar a família para viver com ela. No cortiço, ninguém era confiável. Os indivíduos ricos moram em sobrados, bem perto dos pobres que se amontoam em quartos alugados, sonhando em poder um dia enriquecer e esquecer a pobreza. O cortiço é uma metáfora da urbanização do Rio de Janeiro no período republicano, que estruturalmente pouco diferia do período colonial.

Havia uma cidadania borrada, um projeto que não abarcou os negros, que ainda esperavam os ventos que sopraram a Abolição; ventos que soprassem também a República e produzissem novos horizontes, para que a democracia que ainda era coisa nova produzisse frutos de igualdade. Lima Barreto (1990), em *Os Bruzundangas*, olhou decepcionado a configuração nacional que se desenhava à sua frente.

Tendo crescido imensamente o número de doutores, eles, os seus pais, sogros etc. tratam de reservar o maior número de lugares do Estado para eles. Capciosamente, os regulamentos da Bruzundanga vão conseguindo esse *desideratum*. Assim é que os simples lugares de alcaides de polícia, equivalentes aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos de direito, mas muito tirocínio e hábito de lidar com malfeitores, só podem ser exercidos por advogados nomeados temporariamente. A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma (BARRETO, 2008, p. 17).

Barreto criou um país ficcional tomando como modelo a realidade brasileira; nele colocou os mesmos problemas que o Império enfrentava. Assim, a problemática desencadeou novos problemas sociais na República. Nem mesmo a Constituição Republicana de 1891 conseguiu pôr fim aos desvios endêmicos dessa sociedade. Um punhado de leis não muda os hábitos de um povo, mas são as leis que organizam as

instituições, entre elas a escola. Os doutores que deveriam preservar as leis eram os primeiros a buscar caminhos para encontrar brechas e tornar a exceção uma regra.

Essa sociedade valorizava as letras, valorizava os títulos acadêmicos, sobretudo os oriundos das faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. Esse grupo substituiu a nobreza e seus títulos nobiliárquicos, que estabelecia níveis de igualdade e de diferenciação. Os membros da Comissão de Libertos compreenderam que a escola poderia ser um elemento transformador, pois uma vez alfabetizado era possível participar da vida política – votar e ser votado –, mesmo que as fraudes e desmandos dos coronéis continuassem a proteger os interesses dos grandes proprietários de terra em troca de alianças.

Bertoleza não sabia ler e confiou sua alforria a João Romão. Sem a escolarização, era mais fácil ser enganado. Agora não havia mais escravos; diante da ausência da mão de obra, os antigos fazendeiros teriam que pagar salários. Mesmo que no Brasil experiências de colonato e trabalho livre de imigrantes lentamente tenham se configurado em uma possibilidade, o fim da escravidão lançou todos num novo horizonte: os libertos agora poderiam escolher a quem servir e, quando não mais lhes interessasse, poderiam desfazer o contrato de trabalho, partir em busca de outro. No pós-abolição, ninguém estava livre de ser enganado. Os velhos africanos aprenderam na lida essa dura lição: sentiam a direção do vento e caminhavam na mata durante a noite escura, usando unicamente a lua e as estrelas como marcadores que indicavam o caminho. Ao propor um levante por meio das letras, compreendiam que agora não poderiam se valer somente dos seus sentidos; precisavam também usar a sua inteligência e fomentá-la nas novas gerações. Por isso pediam escolas.

Considerações Finais

Eram dias difíceis aqueles vividos na freguesia de Paty do Alferes em Vassouras. Havia mais perguntas do que respostas. A resposta à carta elaborada pela Comissão de Libertos indicava uma direção, um norte para a comunidade negra do Vale do Paraíba; representava também seus sonhos e projetos de vida, que ganhavam corpo ao serem escritos no papel. Possivelmente, muitos encontros e debates acalorados foram travados para escolha dos representantes, homens com consciência racial, como Quintiliano Avellar,

que, ao lado do seu nome escreveu a sua cor, deixando para a História um rastro importante, que nos permite seguir a trajetória no pós-abolição dos negros no Brasil.

Era necessário lutar pela escolarização das crianças da mesma maneira com que se lutou pela liberdade. Sem educação, o projeto não estaria completo, pois limitava novamente a participação dos negros na sociedade, que, embora não contasse mais com a figura do Imperador e da sua nobreza, contava com ramificações que atingiam a cidade de Vassouras. A República não alterara completamente o cenário. Cruzando os processos de tutela e soldada com a Carta, compreendemos as denúncias sobre a não efetivação da Lei do Ventre Livre de 1871. A Comissão de Libertos intenciona dizer – e disse – que há uma longa história da entrada das crianças no mundo do trabalho. O diálogo com outros autores que pesquisam a mesma temática apontou essa direção e revelou novas brechas, lacunas, que agora formam um novo horizonte de investigação, uma vez que estamos ainda muito longe de escrever para exaurir a questão; escrevemos para levantar problemas e tecer considerações provisórias que permitam a outros pesquisadores iniciar suas pesquisas com os dados que apresentamos. Sintam o vento, sigam na direção do vento levante.

Referências

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AYOADE, Johnson Olaniyi. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ASSIS, Cátia da Costa Louzada de. **Fundo de Emancipação e família escravas: o município neutro na lei de 1871**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- AZEVEDO, Aluizio. **O cortiço**. Porto Alegre: LP&M, 2015.
- BARROS, Surya A. Pombo. de. **Negrinhos que por aí andam: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BARRETO, Afonso Henriques Lima. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1990.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar à Corte entre 1827 a 1889. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTILHO, Celso Thomas. “Já é lei no Brasil nascer-se livre”: a politização da lei de 1871 em Pernambuco. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Francisco Miguel de. **Estudo climatológico da nortada na costa oeste da Península Ibérica**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares Navais na Especialidade Marinha), Universidade de Alentejo, Alentejo, 2015.

DAUWE, Fabiano. **A libertação gradual e a saída viável**: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: Edusc, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.) **Uma História social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XIX. São Paulo: Alameda/Editora da PUC Minas, 2010.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

_____. **População Negra e Educação**: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1997.

_____. Aspectos da comunidade islâmica negra do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Americana de História Social**, n. 10. 2017. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Trashumante/2017/no10/1.pdf>>. Acesso em: 03 mar 2019.

GOMES, Flávio. **História de quilombolas**: mocambos e comunidade de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRINBERG, Keila. **Liberta**: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MAC CORD, Marcelo; MOREIRA, Carlos Eduardo; GOMES, Flávio Gomes (Orgs.). **Rascunhos cativos**: educação, escolas e ensino no Brasil escravista. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2016.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8 n. 16, p. 37-55, mar./ago. 1988.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MONARCHA, Carlos (org.) **Educação da Infância brasileira, 1875-1983**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

NEWTON, John. **Amazing Grace**. Publicado em 1779. Disponível em: <<https://library.timelesstruths.org>>. Acesso em: 08 mar 2019.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**, v. 32, p. 159-183, 2005. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PORTELA, Daniela Fagundes. **Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PRATES, Regis Fernando Ferreira. **Escola de Aprendizes Marinheiros**: uma educação para as camadas populares na Marinha do Brasil. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11256/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20PPGEdu%20-%20R%c3%a9gis%20Fernando%20Ferreira%20Prates.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jan. 2018.

REIS, João Jose. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos Malês (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004. Disponível em: <<http://www.editora.vrc.puc-rio.br>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

_____; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças no Brasil**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SALES, Ricardo. **E o vale era escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África**: explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungú**: rumores de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

STEIN, Stanley Julian. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990..

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – sec. XVIII e XIX. São Paulo: Papirus, 1999.

Submetido em 23/06/2019

Aprovado em 05/02/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)